



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BORRAZÓPOLIS**

**2º PLANO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL DE
BORRAZÓPOLIS
PLAMSAN 2025-2029**

PREFEITO MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ADILSON LUCCHETTI

CAMARA INTERSETORIAL DE SAN - CAISAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLEIDE DA SILVA MICHELIN- SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**REGINA MARILEIDE GIARDINI - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

**CRISTIANO DA SILVA STAPAIT - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
AGRICULTURA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

CESAR SANTOS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANDRÉ LUIZ PEREIRA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA-EXECUTIVA DE SAN

LARISSA AMANDA VALENTIM GOBES - NUTRICIONISTA CRN8-11626

CONSELHO MUNICIPAL DE SAN - COMSEA

VIVIANE APARECIDA MORAES DOS SANTOS – PRESIDENTE

ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

**LARISSA AMANDA VALENTIM GOBES - NUTRICIONISTA CRN8 11626
JUNTO DA CAISAN E COMSEA**

BORRAZÓPOLIS

Outubro 2025

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AF,	Agricultura familiar
CAISAN,	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CCAA,	Cadeias Curtas de Abastecimento alimentar
CONSEA,	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP,	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DHAA,	Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas
EMATER,	Instituto Paraense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO,	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE,	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IAN,	Insegurança Alimentar e Nutricional
IBGE,	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA,	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDSA,	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MS,	Ministério da Saúde
ODS,	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS,	Organização Mundial da Saúde
PLAMSAN,	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PAA,	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE,	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF,	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN,	Segurança Alimentar e Nutricional
SOBAL,	Soberania Alimentar

ÍNDICE

1.	CONTEXTUALIZAÇÃO	5
2.	DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	10
3.	CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAN	19
4.	OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE SAN	21
5.	DIRETRIZES E METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SAN	21
6.	DESAFIOS DO PLANO MUNICIPAL DE SAN	22
7.	QUADRO DE AÇÃO	23
8.	MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE SAN	24
9.	REFERÊNCIAS	25
10.	ANEXOS	26

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A alimentação e nutrição se constituem direitos humanos fundamentais (VALENTE, 2016), sendo destacados como requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde na *Declaração de Adelaide* (BRASIL, 2002; FERREIRA, MAGALHÃES, 2007). No Brasil, o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHAA) foi reconhecido como direito social do cidadão em 2010 (RIGON, BÓGUS, 2016).

Por este motivo, o poder público e a sociedade tem a obrigação de:

- **Respeitar** – não pode adotar medidas que possam resultar na privação da capacidade de indivíduos de prover sua própria alimentação.
- **Proteger** – dever de agir para impedir que terceiros interfiram na realização ou atuem no sentido da violação do DHAA.
- **Promover** – dever de criar condições que permitam a realização efetiva do DHAA.
- **Prover** – dever de prover alimentos diretamente a indivíduos ou grupos incapazes de obtê-los por conta própria, até que alcancem condições de fazê-lo.

As mudanças históricas alteraram o padrão alimentar, o perfil nutricional e epidemiológico da população em geral, caracterizado pela emergência e predomínio das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tais como: obesidade, diabetes, dislipidemias, hipertensão e certos tipos de câncer, e pela manutenção das deficiências nutricionais. Essa dupla carga de problemas nutricionais, aliado ao problema da fome, revelam a existência de um complexo quadro de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) que impactam na qualidade e expectativa de vida e na saúde das coletividades em nível mundial (RIGON, BÓGUS, 2016).

Vale ressaltar a importância de uma ação conjunta entre governo e sociedade para enfrentamento desses problemas com intuito de proteger contra a violação do DHAA e promover a saúde da população. Para tanto, as ações do governo no setor de alimentação e nutrição devem se estruturar no

contexto das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (VALENTE, 2016; BRASIL, 2002; FERREIRA, MAGALHÃES, 2007).

A SAN consiste:

Na realização do **direito de todos** ao acesso regular e permanente a **alimentos de qualidade, em quantidade suficiente**, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base **práticas alimentares promotoras da saúde** que respeitem a **diversidade cultural** e que sejam **social, cultural, econômica e ambientalmente sustentáveis** (BRASIL, 2006).

O conceito de SAN está em processo de construção, pois todo conceito evolui conforme a história da humanidade avança e a sociedade se modifica (BURITY et al., 2010). A maior abrangência deste conceito se dá a partir da década de 90, pois anteriormente o mesmo era relacionado à segurança alimentar nacional, com objetivo singular de aumento da produção de alimentos para o abastecimento do país no período pós-guerra. Posteriormente foram se incorporando novos conceitos como de acesso a alimentos, qualidade sanitária, biológica e nutricional, aspectos sociais, culturais e econômicos e mais tarde a preocupação com o meio ambiente trouxe a noção de sustentabilidade e a necessidade de reestruturação do modelo atual de produção, abastecimento, distribuição e comércio de alimentos (SILVA, 2006).

Este avanço no conceito conferiu uma abordagem intersetorial à SAN, com o objetivo de melhorar a eficiência, a efetividade e a eficácia da gestão pública, ampliar a articulação e o debate entre os diversos setores/áreas na gestão, praticar a equidade, evitar duplicidade de ações e buscar integrações orçamentárias para políticas públicas prioritárias (AKERMAN et al., 2014).

Observamos que dentre os princípios de SAN¹, a intersetorialidade se destaca. Apesar da interdependência entre a alimentação, nutrição e saúde, parece haver uma dificuldade de articulação entre o setor da saúde e os demais setores de governança, na formulação de políticas públicas e na prática de trabalho. Existe a necessidade de se reforçar o fato de que a promoção da qualidade de vida e da saúde, devem ser vistas como responsabilidade e prioridade em todos os setores e que a solução dos problemas do processo saúde-doença e a promoção da SAN transcende o setor da saúde. Para tanto a

¹ São princípios da política de SAN no Brasil: Intersetorialidade; Ações conjuntas entre Estado e sociedade; Equidade, superando as desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnicas; Articulação entre orçamento e gestão; Abrangência e articulação entre ações estruturantes e medidas emergenciais (CONSEA, 2004).

OMS na sua 8ª Conferência Mundial de Promoção da Saúde,²:convoca os governantes para adotar na formulação e implementação das políticas públicas o seguinte lema: “Saúde em todas as Políticas” (ALVES, JAIME, 2014; AKERMAN et al., 2014).

No Brasil houve um processo de interlocução entre a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), com ações e programas alocados no setor da saúde na perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Política Nacional de SAN (PNSAN), de cunho intersetorial na perspectiva do Sistema Nacional de SAN (SISAN). Elas se complementam e dialogam no sentido de desenvolver agenda e ações comuns com objetivo de promover à saúde (ALVES, JAIME, 2014).

A PNSAN foi marcada por vários desdobramentos históricos, de movimentos populares e políticos, que culminaram na sanção da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, denominada Lei Orgânica de SAN (LOSAN). Compõem a Política Nacional de SAN e o SISAN: as Câmaras Intersetoriais de SAN (CAISANs), os Conselhos de SAN (CONSEAs)³, as Conferências de SAN (CNSANs) e os Planos de SAN (PLANSANs) (ver Figura 1) (BURLANDY, 2009; CONSEA, 2010; RIGON, BÓGUS, 2016).

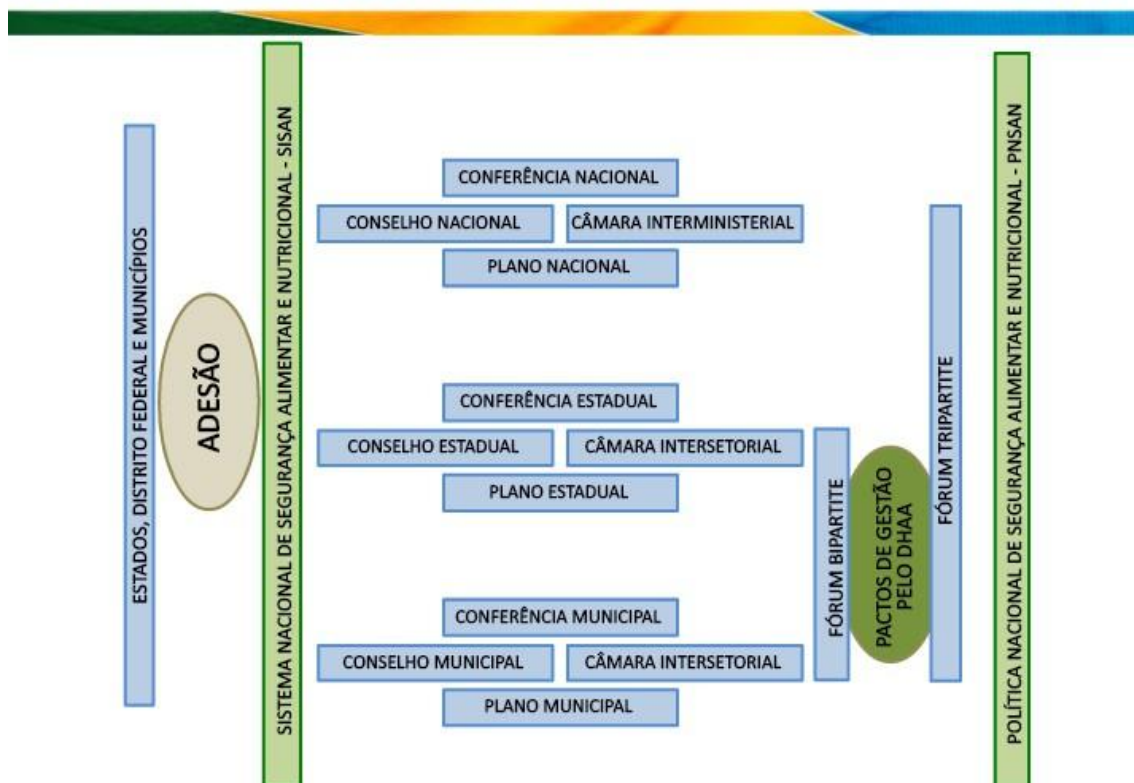
Estes dispositivos devem estar presentes nos três níveis de governo, sendo espaços de importante integração e diálogo entre governo e sociedade civil organizada com objetivo de implementar a PNSAN e o PLANSAN, promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN no país, bem como de auxiliar no combate a IAN e promoção da saúde (BURLANDY, 2009; CONSEA, 2010; RIGON, BÓGUS, 2016).

² Realizada em Helsinque na Finlândia em junho de 2013, em que advogou uma abordagem integral de todo o governo na avaliação de impacto das distintas políticas públicas sobre a saúde da população.

³ A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) aconteceu em maio de 1993, por uma proposta encaminhada pela sociedade civil ao então presidente Itamar Franco, o Plano de Combate à Fome e à Miséria. Depois disso o CONSEA foi extinto em janeiro de 1995 pelo governo Fernando Henrique Cardoso e foi reativado em 2003, no governo Lula. Durante a II Conferência Nacional de SAN, realizada em março de 2004 em Olinda-PE, com o tema “A construção da Política Nacional de SAN”, onde foi incorporado o termo “Nutricional” à expressão Segurança Alimentar, que passa então a ser utilizada como “Segurança Alimentar e Nutricional” ou SAN. No entanto, a sigla do conselho nacional e demais esferas de governo utilizam a sigla CONSEA e não CONSAN para se referir aos conselhos de SAN.

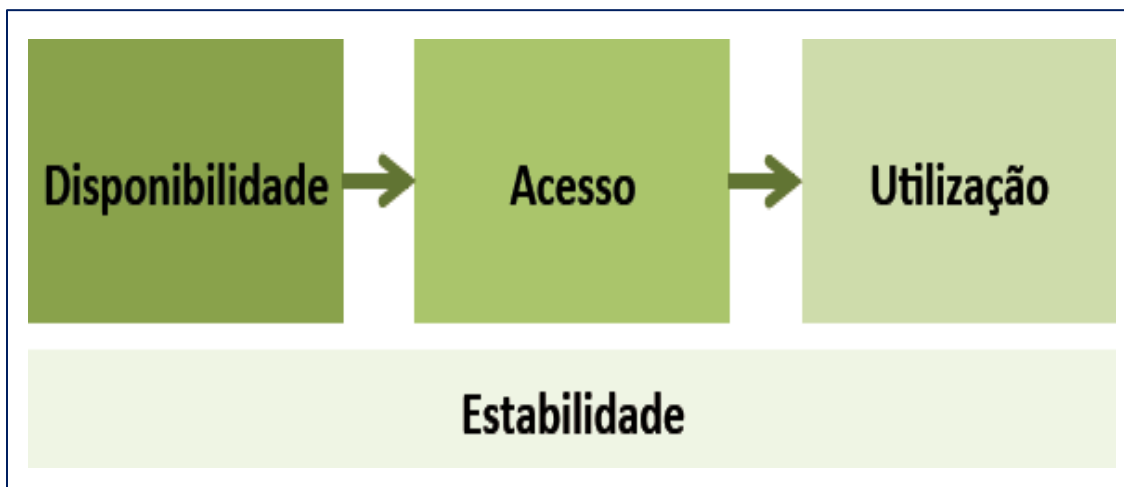
Figura 1 – Componentes do Sistema Nacional de SAN – SISAN

SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



Fonte: MDSA, 2017.

A amplitude e complexidade desse conceito demonstra o desafio para o planejamento, a mensuração e o monitoramento de SAN, seja na esfera global, nacional, regional, local, domiciliar e/ou individual. Os determinantes e indicadores de monitoramento de SAN estão relacionados às quatro dimensões (ver Figura 2) de SAN: produção e disponibilidade de alimentos; acesso a alimentos; utilização dos alimentos; e por fim a estabilidade ou sustentabilidade dessas três dimensões primárias (FAO, 2014).

Figura 2 – Quatro dimensões de SAN

Fonte: FAO, 2014.

É necessário garantir primeiro a disponibilidade de alimentos suficientes para toda a população, o que envolve questões de produção, abastecimento e comércio nacional e internacional e distribuição de alimentos. O acesso físico e econômico aos alimentos, o que envolve os preços dos alimentos e a renda disponível para investir na alimentação, levando em consideração a distribuição da mesma para suprir outras necessidades básicas. A utilização dos alimentos e dos nutrientes, no que se refere não somente a utilização biológica, que envolve o estado de saúde e as condições do meio em que vive o indivíduo, a família e a comunidade, mas como se dá a transformação e o processamento do alimento para garantir a sua segurança física, química e microbiológica, o papel social da alimentação e o papel do marketing e regulamentação de alimentos, também o acesso aos serviços de saúde e educação que podem levar o conhecimento sobre a ação e biodisponibilidade dos nutrientes para o organismo sadio ou enfermo em todos os ciclos da vida, direcionar ações e estratégias existentes para população alvo, utilizando sempre a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como importante ferramenta para os atores sociais envolvidos em todas essas dimensões, sejam eles profissionais, produtores ou consumidores (FAO, 2014a).

Por fim a estabilidade ou sustentabilidade se refere ao elemento temporal das três dimensões supraexplnadas, pois os problemas relacionados à disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos podem ser crônicos, sazonais ou transitórios. É importante diagnosticar esses problemas para que os governos, a sociedade, as famílias e os indivíduos possam definir ações e estratégias de enfrentamento (FAO, 2014a).

Em relação a dimensão da produção e disponibilidade de alimentos, a Agricultura Familiar (AF) vem se fortalecendo na construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e práticas de produção consideradas mais justas do ponto de vista econômico, social, cultural e ambiental contribuindo com a promoção da SAN e da saúde humana. Isso tem contribuído no aumento da visibilidade e na criação de políticas públicas que apoiam à AF (SABOURIN et al. 2015; FAO & OPAS, 2017; FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. 2017).

2. DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BORRAZÓPOLIS

Borrazópolis, município que pertencia a Apucarana até 1952, está localizado no norte do estado do Paraná, com uma área de 337,322 quilômetros quadrados. Conta com 5 vilas (Vila Lourdes, Vila Roma, Vila verde I, Vila Verde II e Vila Verde III) e 1 bairro Centro. Borrazópolis faz divisa com os municípios de Kaloré, Novo Itacolomi, Rio bom, Faxinal, Cruzmaltina, Lidianópolis, Lunardeli e São João do Ivaí (IPARDES, 2018).

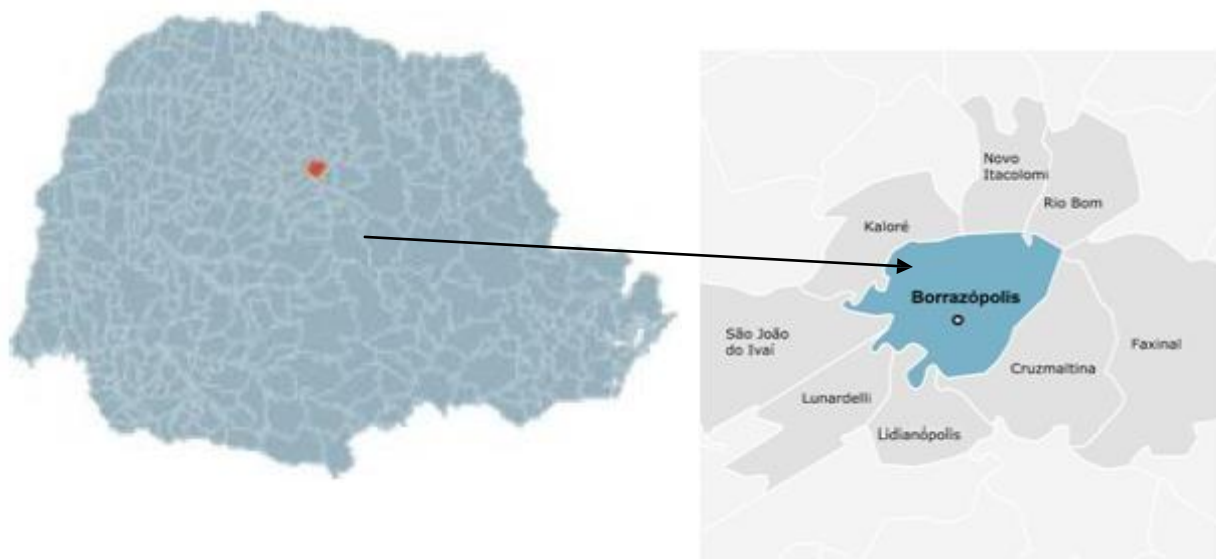


FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BORRAZÓPOLIS, EM RELAÇÃO AO ESTADO DO PARANÁ.
 FONTE: IPARDES (2018)

Borrazópolis, pertence ao território Vale do Ivaí (Figura 2) que é constituído por 25 municípios e participa da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI (IPARDES, 2018).



FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO DO VALE DO IVAÍ, EM RELAÇÃO AO ESTADO DO PARANÁ
 FONTE: IPARDES (2018)

AGRICULTURA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Borrazópolis é um município com atividade econômica principal da agricultura, indústria e comércio. Segundo último censo agropecuário as principais atividades são lavoura temporária e pecuária e criação de outros animais como aves e suínos. Conta com um total de 942 estabelecimentos, a maioria destes são próprios ou arrendados, poucos tem como atividade econômica a Horticultura e a fruticultura, apesar de a Secretaria Municipal de Agricultura – SEMADE ter projetos de estímulo a fruticultura.

Estabelecimentos Agropecuários e área segundo atividades econômicas

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Área (ha)
Lavoura Temporária	601	16.410
Horticultura e floricultura	12	72
Lavoura permanente	94	1.608
Pecuária e criação de outros animais	232	12.449
TOTAL	942	30.680

Fonte: Ipardes, 2018; IBGE - Censo agropecuário 2006.

O município já foi considerado a “capital do café”, mas atualmente possui uma produção variada de cultura não lhe conferindo título ou referência a uma cultura específica.

Dentre as culturas temporárias de safra mais produzidas estão alguns commodities como soja, milho e trigo e também culturas como feijão, mandioca e tomate.

Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura temporária

Cultura Temporária	Área colhida (ha)	Produção (ton.)	Rendimento (Kg/ha)	Valor (R\$ 1.000,00)
Arroz (em casca)	5	8	1.600	8
Feijão (em grão)	130	178	1.369	842
Fumo (em folha)	34	83	2.441	724
Mandioca	60	1.320	22.000	1.178
Milho (em grão)	5.070	15.061	2.971	9.361
Soja (em grão)	13.500	33.480	2.480	37.729
Tomate	18	1.305	72.500	3.192
Trigo (em grão)	6.200	15.500	2.500	10.300

Fonte: Ipardes, 2018; IBGE - Censo agropecuário 2006.

Dentre as culturas permanentes mais produzidas estão café e algumas frutas como abacate, banana, maracujá e uva. Em relação a criação de animais a maioria é de aves frango em granjas, bovinos e suínos. O município também conta com grande produção de leite para atender a demanda de uma Indústria local de doce de leite.

Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura permanente

Cultura Permanente	Área colhida (ha)	Produção (ton.)	Rendimento (Kg/ha)	Valor (R\$ 1.000,00)
Abacate	10	150	15.000	293
Banana (cacho)	26	140	5.385	112
Café (em grão)	100	166	1.660	1.042
Maracujá	2	20	10.000	58
Uva	4	12	3.000	69

Fonte: Ipardes, 2018; IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Efetivo de Pecuária e Aves

Efetivos	Número
Rebanho de bovinos	16.613
Rebanho de equínos	520
Rebanho de suínos	1.111
Rebanho de ovínos	775
Rebanho de bubalinos	126
Rebanho de caprinos	93
Rebanho de vacas ordenhadas	600
Galináceos	235.185

Fonte: Ipardes, 2018; IBGE – Produção Agrícola Municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

De acordo com o Censo demográfico do IBGE o município de Borrazópolis conta com 7.735 habitantes, sendo 4.310 eleitores e a maioria do perímetro urbano. Em relação ao saneamento básico, o município conta com média de 3,7 pessoas por domicílio. A maioria dos domicílios são de condição própria (1.747), alugados (451) ou cedida (525) e possuem abastecimento de água, rede de esgoto, coleta seletiva de lixo e energia elétrica.

População Censitária segundo tipo de domicílio e sexo

Tipo de domicílio	TOTAL
Urbano	6.587
Rural	1.148
TOTAL	7.735

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022. “Panorama do Censo 2022 – Borrazópolis (PR)”

Número de domicílios recenseados segundo tipo e uso

Tipo de domicílio	Urbano	Rural	TOTAL
Particular	2.204	962	3.166
Coletivo	3	1	4
TOTAL	2.207	963	3.170

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022. “Panorama do Censo 2022 – Borrazópolis (PR)”

Número de famílias, em domicílios particulares permanentes, segundo a sua composição

Composição das Famílias	Nº de Famílias
Com até 2 pessoas	904
Com 3 pessoas	814
Com 4 pessoas	552
Com 5 pessoas	164
Com 6 pessoas ou mais	29
TOTAL	2.464

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022. “Panorama do Censo 2022 – Borrazópolis (PR)”

Em relação ao trabalho o município de Borrazópolis conta com 6.996 habitantes em idade ativa 4.594 habitantes economicamente ativo, principalmente homens residentes no perímetro urbano.

População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA) e ocupada, por tipo de domicílio e sexo - 2010

Tipo de domicílio e sexo	PIA (10 anos e mais)	PEA (10 anos e mais)	População ocupada
Domicílio - Urbano	5.177	3.226	3.075
Domicílio - Rural	1.819	1.368	1.335
Sexo - Masculino	3.483	2.695	2.591
Sexo - Feminino	3.513	1.899	1.819
TOTAL	6.996	4.594	4.410

Fonte: Iparades, 2018; IBGE – Censo Demográfico.

No âmbito da Assistência Social do Município, destaca-se que, no mês de outubro de 2025 havia 1.581 famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Deste total, 379 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família e 82 recebiam o Auxílio Gás.

Quanto às ações socioassistenciais desenvolvidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), registrou-se a distribuição média mensal de 30 cestas básicas, destinada a famílias de situação de vulnerabilidade social. Além disso, o CRAS realizou a entrega de uma média de 44 kits de verduras por mês provenientes do programa Compra Direta ou do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), reforçando o acesso à alimentação adequada e saudável.

ESPORTE, LAZER E CULTURA

Borrazópolis conta com apenas 3 tipos de equipamentos públicos culturais, são eles: 1 anfiteatro, 1 biblioteca e 1 centro cultural/casa da cultura mais conhecido como clube da cultura. No anfiteatro são realizadas aulas de danças em geral e atualmente está sendo implantado o Mercado do Produtor Rural. Além disso, conta com um Ginásio de Esportes onde são realizadas atividades esportivas para crianças e adultos, como futsal e vôlei respectivamente. Conta com um estádio municipal onde realiza os treinamentos de futebol na categoria de base, mini ginásio de esporte João Santana com atividade escolar, municipal e estadual.

Possui o Centro de convivência do Idoso e o Salão da Terceira Idade onde ocorre muitas atividades artísticas como ballet, jazz, ginástica e recreação e ainda é sede da maioria dos eventos do governo municipal e da comunidade local. O município conta com 2 academias, um Studio de treinamento funcional e uma arena de beach tennis.

SAÚDE

As principais causas de morte são por doenças do aparelho circulatório e respiratório e em menor prevalência neoplasias e causas externas.

Borrazópolis conta com três Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e um hospital geral na rede municipal, além disso conta com um estabelecimento/clínica particular. A rede estadual/regional atendem a exames diagnósticos e especialidades, bem como a área de obstetrícia e atendimentos de nível hospitalar de alta complexidade, sendo a regional localizada no município de Apucarana/PR.

Número de estabelecimentos de saúde segundo o tipo de estabelecimento

Tipo de estabelecimento	Número
Centro de saúde / Unidade Básica de Saúde	3
Clínica especializada / Ambulatório especializado	1
Consultórios	3
Hospital geral	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	2
Outros tipos	1
TOTAL	11

Fonte: IparDES, 2018; Ministério da Saúde/CNES 2017.

EDUCAÇÃO

Borrazópolis conta com quatro estabelecimentos de ensino municipais, dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e duas escolas municipais, dois estabelecimentos de ensino estaduais, dois estabelecimentos particulares, sendo um filantrópico de educação especial (APAE) e um particular. Estes estabelecimentos atendem um total de 1.443 alunos em todas as modalidades de ensino, exceto educação profissional.

Estabelecimentos de ensino nos ensinos regular, especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Modalidade de Ensino	Federal	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Creche (Regular)	-	-	2	-	2
Pré-escolar (Regular)	-	-	3	1	4
Fundamental (Regular)	-	1	2	1	4
Médio (Regular)	-	1	-	-	1
Educação Especial (Especial)	-	-	1	1	2
EJA	-	1	-	-	1
TOTAL	-	2	4	2	8

Fonte: Iparades, 2018; Ministério da Educação/INEP 2017.

Matrículas no ensino regular, segundo modalidade de ensino e a dependência administrativa

Modalidade de Ensino	Federal	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Educação Infantil	-	-	273	16	289
Creche	-	-	132	-	132
Pré-escolar	-	-	141	16	157
Fundamental	-	375	413	61	849
Médio	-	305	-	-	305
TOTAL	-	680	686	77	1.443

Fonte: Iparades, 2018; Ministério da Educação/INEP 2017.

Observa-se que os estabelecimentos de ensino que abrangem os anos iniciais (Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e pré-escola) pertencem à rede municipal de ensino. O ensino fundamental é subdividido entre os estabelecimentos da rede municipal e estadual.

Os estabelecimentos de ensino da rede municipal e estadual em questão contam com os recursos do FNDE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e com um nutricionista responsável técnico que atende apenas a rede municipal de ensino.

2.1 PROGRAMAS E AÇÕES RELACIONADOS À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

3. CONSTRUÇÃO DO SISAN E DO PLANO MUNICIPAL DE SAN

A sensibilização ao tema de SAN e a construção do SISAN foi iniciada no município de Borrazópolis no ano de 2014 quando foi criada a Lei de SAN e seus componentes o COMSEA e a CAISAN municipal. Ainda essa sensibilização foi ampliada nos Encontros e Conferências municipais sobre o tema.

Em um breve histórico, o município de Borrazópolis criou a Lei nº 1.107/2014 (Anexo 1), que cria os componentes do SISAN e os decretos nº 83 e nº 84 (Anexos 2 e 3), também em 2014, que regulamentam respectivamente o Conselho municipal de SAN (CONSEA) e a Câmara intersetorial de SAN (CAISAN), formada inicialmente por 5 secretarias municipais: Educação, Desenvolvimento social, Agricultura e Meio Ambiente, Esporte e Cultura, e Saúde. O Decreto nº 83 foi revogado e substituído pelo decreto nº 43 no ano de 2016 (Anexo 4), que altera a composição do CONSEA garantindo a proporcionalidade adequada de 1/3 do governo e 2/3 da sociedade civil. Apesar de o CONSEA e a CAISAN terem sido criados em 2014 os membros só foram nomeados por meio dos Decretos nº24 e nº25 (Anexos 5 e 6), em abril de 2017 respectivamente.

A primeira Conferência Municipal de SAN ocorreu no dia 12 de julho de 2011 com o tema “O que é SAN?”, foi apresentado à população o conceito de SAN e o princípio de intersetorialidade e discutidos os programas existentes no município em relação as dimensões de SAN. A II Conferência de SAN ocorreu em 16 de junho de 2015 com o tema: “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por Direitos e Soberania Alimentar” que contou com a participação de aproximadamente 150 pessoas, em especial do Senhor Joel Gralak Pereira prefeito em exercício, o Senhor Valdemiro Stapait presidente do CONSEA e da Senhora Roseli Pittner presidente do CONSAD – Paraná Centro e Presidente do CONSEA Estadual do Paraná.

A previsão orçamentária para a área de SAN desde 2014 pode ser observada na tabela abaixo:

Previsão orçamentária para Segurança Alimentar e Nutricional

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Valor R\$	1.749,00	1.923,90	2.116,30	2.327,94	2.400,00

Apesar da SAN estar alocada na Secretaria de Desenvolvimento Social o orçamento deve ser utilizado para ações intersetoriais, englobando todas as secretarias da CAISAN.

A construção deste plano, por sua vez se justifica considerando a PNSAN, o Termo de Adesão ao SISAN nº 16/2017 firmado em junho de 2017 pelo gestor municipal de Borrazópolis Adilson Lucchetti e a publicação da Resolução nº 5 de 11/10/2017 (Anexo 9) no Diário Oficial da União pela Secretaria Nacional de SAN do Ministério da Saúde e Desenvolvimento Social que formaliza essa adesão ao SISAN pelo município de Borrazópolis a fim de garantir o DHAA e a SAN aos munícipes por meio das ações estratégicas e programas de SAN.

O município de Borrazópolis oficializou a adesão ao SISAN junto à Secretaria Executiva da Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/PR no dia 21 de junho de 2017, por meio da assinatura do Termo de Adesão nº 16/2017 (Anexo 7) e do Processo de nº 13.591.056-2. A partir de então o CONSEA e a CAISAN municipal, junto com a Comissão Técnica definida no Decreto nº 47/2017 (Anexo 8) contribuirão para elaboração do I Plano Municipal de SAN.

Inicialmente a Comissão Técnica se reuniu e definiu um cronograma de reuniões para o ano de 2017/2018 com as secretarias municipais que compõem a CAISAN para que cada uma possa realizar um diagnostico em relação à SAN e estabelecer objetivos em comum com as outras secretarias, levando em consideração o objetivo geral de garantir o DHAA e a promover a SAN e a saúde da população Borrazopolense. Além disso, traçar metas e desafios referentes as ações e programas já executados em cada setor

favorecendo a articulação entre os setores e as potencialidades de cada um a favor da SAN da população.

Com a elaboração do I Plano Municipal de SAN foi possível a interação e a integração do corpo técnico das secretarias vinculadas a CAISAN municipal, promovendo o conhecimento das ações de SAN desenvolvidas, identificando aquelas executadas intersetorialmente e relacionando-as às diretrizes da Política Nacional de SAN.

4. OBJETIVOS DO PLANO MUNICIPAL DE SAN

O objetivo geral do Plano Municipal de SAN é promover a SAN por meio da alimentação e nutrição adequada da população borrazopolense garantido o DHAA.

Assim, os objetivos específicos do Plano Municipal de SAN são os seguintes:

- 1) Implementar o SISAN no âmbito do município de Borrazópolis;
- 2) Fortalecer a agricultura, em especial a agricultura familiar;
- 3) Implementar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN;
- 4) Investir nas dificuldades socioeconômicas, nas condições de saúde, alimentação e nutrição e de acesso às políticas públicas de SAN;
- 5) Criar mecanismos para o fortalecimento da geração de emprego e renda, nas áreas de desenvolvimento econômico;
- 6) Estabelecer a intersetorialidade e a participação social na realização do SISAN.

5. DIRETRIZES DO PLANO MUNICIPAL DE SAN

As Diretrizes do Plano Municipal de SAN estão de acordo com as oito diretrizes da Política Nacional de SAN, apresentadas abaixo:

- Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- Fortalecimento em especial da agricultura familiar, bem como de outras de produção de alimentos;
- Instituição de Processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação de áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
- Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde , de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;
- Promoção ao Acesso à água de qualidade e quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para produção de alimentos da agricultura familiar;
- Monitoramento da realização do Direito Humano à alimentação adequada.

6. DESAFIOS DO PLANO MUNICIPAL DE SAN

Os desafios do PLAMSAN foram baseados nos dez grandes desafios do Plano Estadual de SAN do Estado do Paraná, apresentados abaixo:

Desafio 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

Desafio 2 - Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos sociais vulneráveis no meio rural;

Desafio 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica;

Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população à alimentação adequada e saudável;

Desafio 5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População, com estratégias de educação alimentar e nutricional;

Desafio 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação;

Desafio 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural;

Desafio 8 - Consolidar a implementação do SISAN, aperfeiçoando a gestão, a intersetorialidade e a participação social;

Desafio 9 - Apoio às iniciativas de promoção da soberania, da SAN, do DHAA e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis.

7. QUADRO DE AÇÃO

O quadro de ação apresenta as metas do Plano Municipal de SAN do município de Borrazópolis de acordo com os desafios, onde trás as prioridades e compromissos a serem assumidos pela gestão municipal. A organização foi dividida em desafios, metas, ações, apresentadas em uma mesma planilha.

Esse quadro do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2025-2029 foi construído com representantes do COMSAN, da CAISAN e da Comissão Técnica criada para elaboração do PLAMSAN. Está composto por 9 desafios, 53 metas e 168 ações apresentadas no quadro de ação em anexo.

Cada meta/ação tem previsto um órgão responsável e os parceiros que tem o papel de auxiliar no cumprimento da meta/ação. Isso vem de encontro com o principio da PNSAN de intersetorialidade, em anexo apresentamos um fluxograma de referência e contra referência para identificação e encaminhamento entre as secretarias da CAISAN e seus respectivos equipamentos públicos para resolutividade de problemas alimentares e nutricionais.

8. MONITORAMENTO DO PLANO DE SAN

O processo de construção de um Plano não finaliza com o documento produzido que o legaliza e divulga. A partir da sua conclusão, é imprescindível dar forma e vida ao documento, ou seja, efetivar o cumprimento das metas e das ações. Para tanto, os processos de planejamento, monitoramento e avaliação, devem ser contínuos.

O monitoramento envolve a coleta de informações referentes a implementação das ações do Plano para analisar e verificar, num processo contínuo, se os recursos e as atividades estão ocorrendo segundo o programado e se as metas estão sendo alcançadas ou não. Indica, ao mesmo tempo, as razões de sucesso e insucesso.

Dessa forma, o monitoramento fornece a informação e as sugestões necessárias para que a gerência do programa verifique o progresso da implementação, a fim de tomar as decisões cabíveis, no sentido de que as metas programadas sejam alcançadas e/ou ajustadas (BUVINICH, 1999).

A avaliação por sua vez, vai além, pergunta se o cumprimento do Plano permitiu o alcance dos objetivos (MOKATE, 2000). A avaliação é definida como um processo conduzido antes, durante e depois da implementação do Plano (BUVINICH, 1999).

Monitoramento e avaliação são procedimentos complementares. A avaliação necessita dos dados produzidos pelo monitoramento; e este, sem a avaliação, é deficiente. A conciliação dessas duas ferramentas constitui arcabouço fundamental para o adequado gerenciamento.

O monitoramento e a avaliação do Plano serão realizados a cada 4 anos de forma quanti-qualitativa pela comissão técnica que auxiliou na construção do Plano e pelos representantes do COMSEA e da CAISAN.

9. REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **As cartas da promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). Eleitorado – 2024. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/eleitorado-2024>. Acesso em 14 nov. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Características dos domicílios: saneamento, Censo 2022. Disponível em https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/eleitorado-2024?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 14 nov. 2025

BOOTH, A., NOYES J, FLEMMING K, GERHARDUS, A., WAHLSTER, P., VAN DER WILT, G.J., MOZYGEMBA, K., REFOLO, P., SACCHINI, D., TUMMERS, M., REHFUESS, E. (2016) **Guidance on choosing qualitative evidence synthesis methods for use in health technology assessments of complex interventions** [Online]. Disponível em: <<http://www.integrate-hta.eu/downloads/>> Acesso em: 17/08/2017.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafíos y perspectivas**. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/AGRO_Noticias/smart_territories/docs/PoliticaPublicasAgriculturales.pdf>. Acesso em: 16/08/2017.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional**. Relatório 2014. Brasília, agosto 2014.

FAO e OPAS. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional na América Latina y el Caribe: sistemas alimentarios sostenibles para poner fin al hambre y la malnutricion**. 2017.

FERREIRA, V. A.; MAGALHÃES, R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: v.23, n.7, p.1674-1681, jul., 2007.

IPC-IG - Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. **Políticas Públicas para o fortalecimento da agricultura familiar no Sul Global**. v. 12, Edição nº4, 2015.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do município de Borrazópolis**. Agosto, 2018.

RIGON, S. do A., BÓGUS, C. M, A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. In: BEZERRA, I., PEREZ-CASSARINO, J. (Orgs.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 31-54.

VALENTE, F., GONZÁLEZ, J. C. M., FRANCESCHINI, T., BURITY, V. Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. In: BEZERRA, I., PEREZ-CASSARINO, J. (Orgs.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 69-92

ANEXOS